



BARDELLA

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No final de 2012 conseguimos avanços significativos no nível de receita líquida a apropriar da Controladora, pois esta que era de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, registrou R\$ 405,3 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Esperávamos que em 2012 houvesse uma recuperação no nível de atividade no setor de bens de capital, porém isto não ocorreu.

O ano de 2012 foi marcado pela entrega de equipamentos de levantamento para UHE Teles Pires e UTE Angra 3, equipamentos de processo para as

Plataformas P58 e P62, bem como equipamentos para manuseio de minério de ferro para Vale S.A.

A redução dos investimentos em infraestrutura nos dois últimos anos e em especial nos mercados onde atuamos, ou seja, Metalurgia, Mineração e Petróleo & Gás foram sensíveis e contribuíram para a significativa diminuição de nossas receitas no decorrer do ano.

Em 2013 deveremos encontrar um ambiente ainda bastante competitivo e desafiador, esperamos que medidas sejam tomadas pelo governo brasileiro para

que investimentos sejam retomados na área de infraestrutura, e consequentemente tenhamos investimentos no nível de produção de bens de capital.

Manteremos nossos esforços na consolidação e manutenção de nossa carteira de encomendas ao nível do final do ano de 2012, assim como no controle de custos e despesas para que possamos recuperar os nossos resultados.

CLAUDIO BARDELLA

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

CONJUNTURA

O PIB brasileiro após ter apresentado um crescimento de 7,5% em 2010, diminuiu em 2011 para 2,7% e em 2012 para 0,9% (IBGE). O PIB da Indústria no mesmo período teve um comportamento decrescente mais significativo, com 10,4% em 2010, 1,6% em 2011 e -0,8% em 2012.

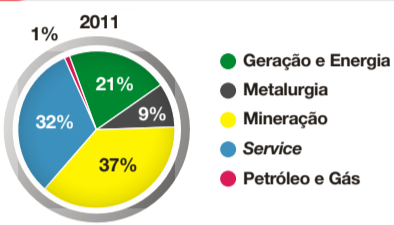
CARTEIRA DE ENCOMENDAS

Apesar do crescimento negativo do PIB da indústria em 2012, a Companhia obteve encomendas que permitiram aumentar o volume de pedidos de equipamentos a executar.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladas e coligadas em 31/12/2012 era de R\$ 568 milhões e em 31/12/2011 era de R\$ 497 milhões.

A receita líquida a apropriar da controladora que era de R\$ 243,7 milhões em 31/12/2011, registrou R\$ 405,3 milhões em 31/12/2012.

Carteira de encomendas a apropriar



RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 393 milhões em 2012 com diminuição de 35,6% em relação a 2011, quando registrou R\$ 610,2 milhões. A diminuição das receitas reflete as condições desfavoráveis a que a indústria brasileira esteve sujeita durante o ano de 2012, especialmente os fabricantes de bens de capital.

Em 2012, a receita líquida de vendas de aços treilados e laminados foi de R\$ 57,3 milhões (R\$ 68,4 milhões em 2011).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral;
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

MARGENS

A margem bruta consolidada de 15,0% em 2011 passou para 7,5% em 2012 e a margem operacional que era de 7,0% em 2011 passou para -8,4% em 2012.

Apesar dos ajustes operacionais realizados durante o ano e o contínuo esforço na melhoria de processos e redução de custos e despesas, o baixo volume das receitas em face da estrutura operacional afetou significativamente as margens da Companhia.

SISTEMA DE GESTÃO

A Companhia possui um Sistema de Gestão Integrada estruturado em processos, e tendo seu desempenho monitorado por meio de programas de gestão, os quais estabelecem os respectivos objetivos, indicadores e metas.

O Sistema de Gestão Integrada possui as seguintes certificações:

ISO 9001:2008 (Sistema de Gestão da Qualidade)/certificada em abril de 1993/renovada em abril de 2011/validade abril de 2014;

ISO 14001:2004 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente)/certificada em novembro de 2000/renovada em agosto de 2012/validade outubro de 2015;

OHSAS 18001:2007 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional)/certificada em maio de 2005/renovada em novembro de 2010/validade novembro de 2013.

Exclusivamente para a planta da Bardella de Sorocaba, além do Sistema de Gestão Integrada, a Companhia possui um Sistema de Gestão da Qualidade para fabricação de equipamentos pressurizados, devidamente certificado pelo ASME (*American Society of Mechanical Engineers*), desde o ano de 2003, para os seguintes equipamentos:

Selo U - Equipamentos de pressão divisão 1 do código ASME/renovada em junho de 2012/validade agosto de 2015;

Selo U2 - Equipamentos de pressão divisão 2 do código ASME/renovada em junho de 2012/validade agosto de 2015;

Selo S - Caldeiras/renovada em junho de 2012/validade agosto de 2015.

RECURSOS HUMANOS

• Nosso quadro de colaboradores em 31/12/2012 era de 1.237 (1.465 em 31/12/2011);

- O Programa de Participação nos Resultados da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, estabelece a distribuição de até um salário e meio por colaborador. Em 2012 foi destinado o montante de R\$ 1,5 milhões (R\$ 2,9 milhões em 2011);
- A remuneração em 2012 de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais, atingiu o montante de R\$ 109 milhões (R\$ 117 milhões em 2011);
- Os investimentos em benefícios aos colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, transportes, recreação e outros, em 2012 atingiu o montante de R\$ 11 milhões (R\$ 15 milhões em 2011).

A Bardella participa ativamente das comunidades onde mantém operações, tendo como prioridade os aspectos de qualidade de vida, saúde, educação e cidadania.

EMPRESAS CONTROLADAS

Barefame Instalações Industriais Ltda.

No exercício findo em 31/12/2012, a receita operacional líquida da empresa atingiu o montante de R\$ 30,35 milhões (R\$ 116,49 milhões em 2011) e realizou um prejuízo líquido de R\$ 16,6 milhões (R\$ 10,2 milhões em 2011 de prejuízo).

A receita líquida a apropriar em 31/12/2012 era de R\$ 35,50 milhões (R\$ 49,51 milhões em 2011), distribuído nas seguintes áreas de atuação:

	2012	2011
Geração de energia	3%	-
Petróleo e gás	71%	95%
Siderúrgico	25%	5%
Service	1%	-

O quadro de colaboradores em 31/12/2012 era de 531 (574 em 31/12/2011).

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

A empresa tem como atividade principal o agenciamento de seguros para a Bardella S.A., suas controladas, aos colaboradores das mesmas e ao mercado, bem como administra seus imóveis. Trabalha também em sinergia com a empresa controladora e suas empresas controladas para obtenção de seguros necessários à participação em concorrências.

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

Empresa constituída em 2008 a partir de uma *joint venture* entre a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (50%) e Alistom Hydro Energia Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia em um terreno de 235.000 m², entrou em operação no segundo semestre de 2009 e teve como objetivo principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para usinas hidroelétricas.

Em 2012 a empresa obteve a receita líquida de R\$ 184,0 milhões (238,9 milhões em 2011) e lucro líquido de R\$ 48,2 milhões (45,7 milhões em 2011), sendo R\$ 37,7 milhões destinados à reserva de incentivos fiscais em 31/12/2012.

O total da receita líquida a apropriar em 31/12/2012 era de R\$ 196 milhões (R\$ 380 milhões em 2011).

O quadro de colaboradores em 31/12/2012 era de 486 (435 em 31/12/2011).

DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda.

A empresa está situada em Araras - SP e atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e a Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. detêm 60% do capital social.

Em 2012, a receita operacional líquida atingiu o total de R\$ 24,9 milhões (59,5 milhões em 2011) e o prejuízo de R\$ 3,6 milhões (lucro líquido de R\$ 9,9 milhões em 2011).

O total da receita líquida a apropriar em 31/12/2012 era de R\$ 48,8 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2011).

O quadro de colaboradores em 31/12/2012 era de 250 (284 em 2011).

MERCADO DE CAPITAIS

Principais indicadores de desempenho:

	2012	2011
Participação nos pregões - mercado à vista (*1)	79%	65%
Ações negociadas	518.701	253.807
Valores transacionados (R\$ milhões)	41,57	24,79
Valor de mercado (*2) (R\$ milhões)	106,1	133,3
Ações emitidas (*3)	1.600.000	1.600.000

Notas: (*1) Nº pregões com negociação/Nº total de pregões mensais no mercado à vista;

(*2) Para determinar o valor de mercado utilizou-se a cotação média das ações preferenciais do último mês do exercício, multiplicando-se pelo número de ações emitidas;

(*3) Total de ações da Companhia no final do exercício.

A Companhia mantém no *site* www.bardella.com.br, página de relação com os investidores, disponibilizando as informações trimestrais e anuais, além de realizar reuniões com acionistas e analistas de mercado, tratando de assuntos relativos ao mercado em que atua, bem como sobre o desempenho operacional da empresa.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contrata os Auditores Independentes para serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesses.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2012.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, acionistas, representantes comerciais, órgãos governamentais, fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação e participação nos planos e programas desenvolvidos.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo, Participação de Acionistas não Controladores e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.787	1.958	47.828	20.302	Empréstimos e financiamentos	16	49.303	57.077	68.670	78.743
Contas a receber de clientes	6	91.986	161.290	127.083	177.522	Fornecedores		35.544	24.286	41.243	38.790
Partes relacionadas	12e	33.230	31.577	-	-	Partes relacionadas	12e	2.023	5.526	-	-
Estoques	8	89.935	92.065	115.682	122.020	Impostos e contribuições a recolher		3.388	4.899	4.558	7.458
Impostos a recuperar	9a	11.379	31.437	38.188	58.316	Salários e férias a pagar		15.965	13.039	22.707	20.155
Despesas antecipadas		1.213	1.001	2.735	2.137	Adiantamentos de clientes	17	45.555	76.122	82.475	96.705
Outros créditos	11	10.445	7.171	14.792	14.083	Outras contas a pagar		4.682	6.614	5.300	13.028
		261.975	326.499	346.308	394.380	Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.989	9.262	5.989	9.262
						Imposto de renda e contribuição social		-	-	71	1.713
								162.449	196.825	231.013	265.854
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	12e	10.404	10.816	-	-
Partes relacionadas	12e	24.239	5.941	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	46.678	13.528	70.976	57.833
Títulos e valores mobiliários	10	-	14.191	17.377	30.329	Provisão para demandas judiciais	18	5.471	5.799	11.522	11.689
Impostos a recuperar	9a	3.804	3.986	4.752	5.097	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	32.983	43.383	44.154	50.019
Impostos diferidos	9b	-	-	5.512	1.823	Outras contas a pagar		10	10	4.185	5.553
Despesas antecipadas		-	-	1.175	1.782			95.546	73.536	130.837	125.094
Outros créditos	11	5.591	5.204	13.132	12.014	Patrimônio líquido	19				
		33.634	29.322	41.948	51.045	Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Imobilizado	13	238.170	234.554	356.836	370.600	Reservas de capital		85.439	65.763	85.439	65.763
Investimentos	14b	111.378	108.542	4.109	4.572	Ajustes de avaliação patrimonial		123.589	138.147	123.589	138.147
Propriedades para investimento	14a	-	-	4.229	4.388	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	547	-	547
Intangível	15	12.020	9.501	15.250	13.134	Reservas de lucros		73.354	116.800	73.354	116.800
		395.202	381.919	422.372	443.739	Participação de acionistas não controladores		-	-	7.648	9.114
		657.177	708.418	768.680	838.119			399.182	438.057	406.830	447.171
								657.177	708.418	768.680	838.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Total	Ativo diferido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Reservas inc. fiscais	Reservas de capital	Legal	Retenção de lucros							
Saldos em 31 de dezembro de 2010		116.800	21.225	15.368	19.529	96.419	-	-	167.416	455.686	(50)	9.229	464.865
Dividendos complementares pagos		-	-	-	-	(18.929)	-	-	-	(18.929)	-	(4.095)	(23.024)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.652	-	-	34.652	-	3.980	38.632
Valorização das ações da Vale S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(6.507)	(6.507)	-	-	(6.507)
Realização por baixa ações da Vale S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(15.042)	(15.042)	-	-	(15.042)
Equivalência patrimonial s/ result. abrang. colig./ controladas		-	-	-	-	-	-	-	(2.882)	(2.882)	-	-	(2.882)
Amortização do diferido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
Realização da depreciação do ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	3.326	-	(3.326)	-	-	-	-
Equivalência patrimonial s/ realização da depreciação		-	-	-	-	-	1.512	-	(1.512)	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais - controladas	19e	-	29.170	-	-	-	(29.170)	-	-	-	-	-	-
Destinações:													
Reserva legal		-	-	-	1.733	-	(1.733)	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19e	-	-	-	-	(334)	(8.587)	-	(8.921)	-	-	-	(8.921)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(547)	-	547	-	-	-	-	(8.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		116.800	50.395	15.368	21.262	<							

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(30.778)	32.731	(33.090)	42.934
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	9.201	13.880	21.048	28.711
Provisões (constituições e reversões)	(3.951)	(7.877)	(3.806)	(7.726)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.594	1.921	8.984	2.020
Encargos financeiros s/ financiamentos	11.771	13.734	15.771	17.860
Resultado na venda imobilizado, investimentos	(14.844)	(22.761)	(13.458)	(18.570)
Receitas com subvenções	-	-	(1.395)	-
Equivalência patrimonial	(5.329)	(21.617)	463	(174)
	(28.336)	10.011	(5.483)	65.055
Variações nos ativos e passivos				
Redução em contas a receber	68.825	31.878	51.613	51.098
Redução nos estoques	2.130	6.856	6.338	14.133
Redução nos impostos a recuperar e outros	2.929	22.018	19.403	24.842
Aumento/redução em fornecedores	7.755	(41.917)	2.453	(35.514)
Redução/aumento nos adiantamentos de clientes	(30.567)	6.274	(14.230)	(43.491)
Redução em outras contas a pagar	(12.116)	(52.888)	(17.761)	(33.899)
	38.956	(27.779)	47.816	(22.831)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.113)	(3.574)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.620	(17.768)	41.220	38.650
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(12.196)	(9.944)	(16.219)	(23.695)
Redução de investimento	4.442	57.513	-	-
Aquisição de ativo intangível	(3.226)	(4.946)	(3.440)	(5.085)
Recebimento venda imobilizado e investimentos	14.929	22.792	25.010	22.792
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	3.949	65.415	5.351	(5.988)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.345)	(28.273)	(6.345)	(32.419)
Empréstimos tomados	80.850	139.633	81.090	169.163
Pagamentos de empréstimos	(59.550)	(143.663)	(84.136)	(153.000)
Juros pagos por empréstimos	(7.695)	(13.734)	(9.654)	(17.943)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	7.260	(46.037)	(19.045)	(34.199)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	21.829	1.610	27.526	(1.537)
Demonstração do aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.958	348	20.302	21.839
No fim do exercício	23.787	1.958	47.828	20.302
	21.829	1.610	27.526	(1.537)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	23	263.328	418.596	393.184	610.185
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(250.020)	(359.268)	(362.297)	(518.755)
Lucro bruto		13.308	59.328	30.887	91.430
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	24	(24.101)	(25.561)	(26.867)	(27.800)
Administrativas e gerais	24	(20.632)	(26.592)	(42.654)	(48.174)
Honorários e participação da Administração	24	(4.512)	(3.826)	(4.542)	(4.505)
Despesas financeiras	20	(18.501)	(23.039)	(23.356)	(28.852)
Receitas financeiras	20	4.499	6.545	6.377	9.654
Resultado da equivalência patrimonial	14b	5.329	21.617	(463)	174
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	21	(44.086)	(26.597)	(63.977)	(48.496)
Lucro (prejuízo) operacional		(30.778)	32.731	(33.090)	42.934
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.778)	32.731	(33.090)	42.934
Imposto de renda e contribuição social		5.594	1.921	6.440	(4.302)
Corrente		-	-	(2.544)	(6.322)
Diferido		5.594	1.921	8.984	2.020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(25.184)	34.652	(26.650)	38.632
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores				(25.184)	34.652
Acionistas não controladores				(1.466)	3.980
		(25.184)	34.652	(26.650)	38.632
Lucro básico e diluído por ações - R\$			21,66		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia") tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicar-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trellizados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia possui duas plantas industriais no Estado de SP, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada na Av. Antonio Bardella, 525 - Cumbica - Guarulhos - SP. A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP. A Barefame Industrial Ltda. foi constituída no final de 2011 e está situada na cidade de São Mateus - ES. A Empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos de elevação de cargas e de pessoas e instalação de máquinas e equipamentos industriais. A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinua-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP. A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP. A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO. A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP. A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2013, autorizou emissão destas demonstrações financeiras. Algumas rubricas do balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as informações de 31 de dezembro de 2012, dentre elas "Outros créditos" e "Provisão para demandas judiciais" no que diz respeito aos depósitos judiciais pertinentes, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2011	2011	2011
Depósitos judiciais				
Saldos anteriormente divulgados	4.187	5.109		
Reclassificação da rubrica na composição constante na Nota 11	231	2.545		
Saldos reclassificados	4.418	7.654		
Provisão para demandas judiciais				
Reclassificação da rubrica na composição constante na Nota 18	5.568	9.144		
Saldos reclassificados	231	2.545		
	5.799	11.689		

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2012, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- Alterações ao IAS 12, Imposto de Renda - Recuperação de Ativos Subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda.
- Alterações IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas. Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

2.2. Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Alterações que não deverão trazer impactos para a Companhia

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou "reclaudados") ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	312.525	496.491	476.771	740.697
Outras receitas	14.956	22.970	42.658	58.973
	327.481	519.461	519.429	799.670
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	250.020	359.268	362.297	518.755
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.308	12.738	14.285	17.541
	258.328	372.006	376.582	536.296
Valor adicionado bruto	69.153	147.455	142.847	263.374
Depreciação e amortização	9.201	13.880	21.048	28.711
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	59.952	133.575	121.799	234.663
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	5.329	21.617	(463)	174
Receitas financeiras	4.499	6.545	6.377	9.654
Outras	20.856	13.909	22.844	25.621
	30.684	42.071	28.758	35.449
Valor adicionado total a distribuir	90.636	175.646	150.557	270.112
Distribuição do valor adicionado	90.636	175.646	150.557	270.112
Empregados	92.438	99.220	126.190	149.440
Remuneração direta	79.945	88.164	105.026	131.254
Benefícios	7.831	4.573	13.466	8.721
FGTS	4.662	6.483	7.698	9.465
Tributos	15.227	26.911	35.637	65.691
Federais	13.716	23.528	25.422	37.466
Estaduais	42	2.048	7.392	25.010
Municipais	1.469	1.335	2.823	3.215
Remuneração de capitais de terceiros	8.155	14.863	13.914	20.329
Juros	7.695	13.734	10.517	17.860
Aluguéis	460	1.129	2.446	2.469
Outras	-	-	951	-
Remuneração de capitais próprios	(25.184)	34.652	(25.184)	34.652
Dividendos	-	8.921	-	8.921
Lucros (prejuízo) retidos	(25.184)	25.731	(25.184)	25.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25.184)	34.652	(26.650)	38.632
Venda de ações da Vale S.A.	(14.141)	(22.792)	(14.141)	(22.792)
Efeito de IR/CS diferidos	4.808	7.749	4.808	7.749
Varição do valor justo das ações da Vale S.A.	-	(9.859)	1.240	(14.450)
Efeito de IR/CS diferidos	-	3.352	(422)	5.061
Efeito da equivalência patrimonial	818	(2.882)	-	-
Total do resultado abrangente	(33.699)	10.220	(35.165)	14.200
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	(33.699)	10.220
Acionistas não controladores	-	-	(1.466)	3.980
	-	-	(35.165)	14.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). Estas revisões passaram a vigorar para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012.

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Esta norma tem vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 1 - Empréstimos do Governo - Revisões da IFRS 1: Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior a do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7: Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósito Específico. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações que deverão trazer impactos para a Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Todas as entidades consolidadas estão situadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definidas em Reais (R\$). Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais - R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

• Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

c. Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

• Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos/perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Classificação entre circulante e não circulante: Instrumentos financeiros derivativos são classificados como de circulante e não circulante ou segregados em parcela de circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. Quando a Empresa mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas Controladas e Coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido das Controladas e Coligada atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações contábeis das Controladas e Coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia.

3.9. Ativo imobilizado e propriedades para investimento

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos e atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos, edificações para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

3.10. Arrendamento mercantil

• Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

• Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem alugueis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13. Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei nº 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC nº 32 - Tributo sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

3.17. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia e que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e JCP a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto social da Companhia.

3.18. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.19. Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC nº 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método Indireto. Já as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de Participação	
	31/12/2012	31/12/2011
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda. (*1)	100,00%	100,00%
Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. (*2)	50,00%	50,00%
Duraferrro Indústria e Comércio Ltda. (*1)	60,00%	60,00%
Barefame Industrial Ltda. (*3)	100,00%	100,00%

(*1) O percentual refere-se ao controle direto e indireto.

(*2) Controlada em conjunto.

(*3) O percentual refere-se ao controle indireto.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme requerido pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da controlada em conjunto IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., consolidadas nas demonstrações financeiras da controladora:

IMMA - IND. METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo	152.470	96.129
Circulante	110.824	116.701
Impostos a recuperar	1.658	1.886
Despesas antecipadas	2.351	3.565
Depósito garantia em consórcio	8.080	7.130
Outros créditos	103	162
Imobilizado	96.318	100.909
Intangível	2.314	3.049
Ativo total	263.294	212.830
Passivo		
Circulante	85.608	61.140
Não circulante	39.237	52.579
Patrimônio líquido	138.449	99.111
Passivo total	263.294	212.830

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)

	184.067	238.962
Receita operacional líquida	184.067	238.962
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(153.842)	(211.013)
Lucro bruto	30.225	27.949
Receitas (despesas) operacionais	23.092	22.687
Lucro operacional	53.317	50.636
Imposto de renda e contribuição social	(5.092)	(4.905)
Lucro do exercício	48.225	45.732

A IMMA foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Alstom Hydro Energia Ltda. Os ativos, passivos e contas de resultado da IMMA foram proporcionalmente integrados às demonstrações contábeis da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	645	1.958	752	2.202
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	23.142	-	47.076	18.100
	23.787	1.958	47.828	20.302

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas foram remuneradas por taxas que variavam de 98% a 100,5% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2012 (80% a 101,2% em 31 de dezembro de 2011), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:				
Clientes no País - contratos de construção (Nota 7)	45.681	68.871	77.743	77.597
Produtos seriados	11.721	8.885	15.522	10.209
Efeitos a faturar (Nota 7)	35.901	86.025	35.768	92.863
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.317)	(2.491)	(1.950)	(3.147)
Subtotal	91.986	161.290	127.083	177.522
Partes relacionadas - contratos de construção (Notas 7 e 12)	31.138	29.784	-	-
	123.124	191.074	127.083	177.522

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial 31/12/2011	(2.491)	(3.147)
Adição	(1.360)	(1.360)
Baixa	2.491	2.514
Reversão	43	43
Saldo final 31/12/2012	(1.317)	(1.950)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	8.821	8.091	11.753	8.488
De 1 a 30 dias	177	512	182	527
De 31 a 60 dias	223	-	225	14
De 61 a 90 dias	75	2	166	9
De 91 a 120 dias	218	-	352	17
Acima de 121 dias	2.207	280	2.844	1.174
	11.721	8.885	15.522	10.209

A conta "Efeitos a faturar não recebidos" (Nota 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (Nota 6)	76.819	98.655	77.743	77.597
Saldo a receber dos contratos em execução e não faturados (Nota 6)	35.901	86.025	35.768	92.863
	112.720	184.680	113.511	170.460
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de construção completos e em execução (Nota 17)	(45.555)	(76.122)	(82.475)	(96.705)
Contratos de construção líquido a receber	67.165	108.558	31.036	73.755

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	15.537	16.049	15.639	16.152
Produtos em elaboração	14.951	14.912	22.029	16.248
Matérias primas	58.912	60.343	74.277	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

	Barefame Inst. Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor. Seguros Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Durafarro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.257	45.058	31.314	9.285	34.957	4.253	147.124
Resultado de equivalência patrimonial	(9.053)	3.213	443	3.975	22.865	174	21.617
Realização por baixa do ajuste avaliação patrimonial	157	-	-	-	-	-	157
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(3.037)	-	-	-	-	(3.037)
Lucros pagos	-	(18.244)	(26.802)	(4.147)	(7.425)	-	(56.618)
Lucros a distribuir	-	-	-	-	(842)	-	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.361	26.990	4.955	9.113	49.555	4.427	108.401
Resultado de equivalência patrimonial	(16.589)	(296)	32	(1.466)	24.111	(463)	5.329
Ajuste de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(696)	-	(696)
Realização por baixa do ajuste avaliação patrimonial	1.131	-	-	-	-	-	1.131
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	818	-	-	-	-	818
Lucros pagos	-	-	-	-	(3.746)	-	(3.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(2.097)	27.512	4.987	7.647	69.224	3.964	111.237

Informações das Investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor. Seg. Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Durafarro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
Ativo circulante	29.603	30.243	523	212	875	1.292	64.758
Ativo não circulante	53.319	64.818	34.288	33.577	7.191	6.984	190.177
Passivo circulante	49.022	52.925	250	153	145	407	103.852
Passivo não circulante	35.997	28.775	7.049	6.646	-	-	78.467
Patrimônio líquido	(2.097)	13.361	27.512	26.990	7.921	7.869	78.698
Receita operacional líquida	30.347	116.495	721	835	-	708	152.346
Resultado do exercício	(16.589)	(10.242)	(296)	3.397	51	647	(13.162)

15. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas Controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

Vida útil definida	Prazo de vida útil	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Custo Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Amortização	Baixas	Custo Saldo em 31/12/2012
Software	5 anos	22.016	3.226	-	25.242	(15.852)	(707)	-	(16.559)
Ágio aquis. investimento Durafarro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		25.353	3.226	-	28.579	(15.852)	(707)	-	(16.559)

Composição do saldo dos ágios: A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas Controladas não identificaram necessidade de constituição de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da Administração.

16. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Imobilizado	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2012	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	7.930	11.090	7.930	11.090
BNDES - Finem	TJLP	2,90%	15/08/12 a 15/03/13	255	1.643	2.868	4.734
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	22.561	29.702
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	5.999	8.207
BNDES - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	3.828	2.595	3.828	2.595
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/09/13	249	512	450	971
BNDES - Finame	TJLP	2,30%	15/08/13 a 15/01/14	-	-	19	43
BNDES - Finame	TJLP	3,80%	15/10/12	-	201	-	277
BNDES - Finame	TJLP	3,06%	15/02/12 a 16/09/13	-	-	1.163	3.301
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	2.523	3.508
Outros	Fixa	16,20%	13/08/14	-	-	2.343	3.785
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	2.475	3.486	2.475	3.486
Arrendamento mercantil	Fixo	17,16%	15/02/12 a 16/09/13	-	-	2.486	4.570
Subtotal				14.737	19.527	54.645	76.269
Financiamento importação	EUR	2,97%	01/11/12 a 01/02/2013	3.473	-	3.473	-
Financiamento importação	EUR	3,22%	23/01/12 a 07/05/12	-	6.744	-	6.744
Financiamento importação	USD	3,03%	09/11/12 a 01/02/13	874	-	874	-
Financiamento importação	USD	1,95%	17/01/11 a 13/05/11	-	3.025	-	3.025
Nota de crédito exportação	CDI	-	10/01/14	14.793	-	14.793	-
Capital de giro	CDI	3,70%	15/06/15	41.854	-	41.854	-
Finame fabricante	Fixa	8,70%	15/08/13	20.250	-	20.250	-
Capital de giro	CDI	2,83%	08/01/12 a 29/03/12	-	41.309	-	41.309
Financiamento fornecedores serviços Petrobrás	CDI	5,00%	11/08/13	-	-	3.757	9.229
Total capital de giro				81.244	51.078	85.001	60.307
Total geral				95.981	70.605	139.646	136.576
Parcela circulante				49.303	57.077	68.670	78.743
Parcela não circulante				46.678	13.528	70.976	57.833
Juros pagos				7.695	13.734	9.654	17.943

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39/CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2012, para a Controladora foi nula e para o Consolidado R\$ 80. Em 31 de dezembro de 2011 era R\$ 265 (Controladora) e R\$ 470 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas Controladas não possuem cláusulas restritivas (covenants).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2014	35.743	48.215
2015	10.935	21.325
2016	-	1.436
	46.678	70.976

16.1. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas Controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 04 e 05 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas Controladas.

Valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Máquinas e equipamentos	2.285	4.079
Veículos	201	491
Total	2.486	4.570
Parcela circulante	1.942	2.116
Parcela não circulante	544	2.454
Total	2.486	4.570

O cronograma de desembolso está apresentado conforme segue:

Cronograma de desembolsos - Não circulante

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Mais de um ano e até 5 anos	544	2.454
	544	2.454

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo de Adiantamento de clientes	45.555	76.122	82.475	96.705

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide Nota 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de construção.

18. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas Controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
Saldo Inicial	1.797	(446)	1.351	1.351
Trabalhistas/cíveis	-	-	-	-
Tributárias:				
.Federal	3.414	188	3.602	3.602
.Estadual	-	462	462	462
.Municipal	56	-	56	56
Outras	532	(532)	-	-
	5.799	(328)	5.471	5.471
Saldo Inicial	2.122	326	2.448	2.448
Trabalhistas/cíveis	-	-	-	-
Tributárias:				
.Federal	8.958	(738)	8.220	8.220
.Estadual	-	462	462	462
.Municipal	392	-	392	392
Outras	217	(217)	-	-
	11.689	(167)	11.522	11.522

...continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e treze, os membros do Conselho Fiscal da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS, no uso de suas atribuições legais, são de opinião que as Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto e o Relatório da Administração, documentos esses relativos aos exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e com base nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, Auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes, que emitiu Parecer sem ressalvas, com parágrafo de ênfase relacionado com a aplicação do IFRS, em 25 de março de 2013, concluíram que os referidos documentos, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e opinam favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 25 de março de 2013.

Antonio Luiz Sampaio Carvalho

Carlos Jorge Loureiro

Henrique Alves de Araújo

José Eduardo Escorel de Carvalho

Jorge Michel Lepeltier

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com

as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de março de 2013.

 **ERNST & YOUNG TERCO**
Quality In Everything We DoErnst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6Henrique Silva Premoli
Contador CRC-1SP250.993/O-6